

Miguel Reale e a sua linguagem de propaganda integralista nos periódicos *Panorama* e *Anauê!*¹

Miguel Reale and his integralist propaganda language in the periodicals Panorama and Anauê!

Miguel Reale y su lenguaje de propaganda integralista en los periódicos Panorama y Anauê!

Guilherme Defina²

Resumo

Este artigo investiga a linguagem de Miguel Reale nos periódicos integralistas *Panorama* e *Anauê!*, propondo a noção de tradução como operação central na circulação e reconfiguração das ideias autoritárias no Brasil dos anos 1930. Com base na história política do pensamento político e em análise documental de um corpus composto por seis textos de *Panorama* e três de *Anauê!*, demonstra-se que Reale articulou um léxico híbrido – jurídico, filosófico e católico – que sistematizou categorias-chave como corporativismo, ordem e liberdade, resignificando termos liberais em chave autoritária. As duas publicações cumpriram funções complementares: *Panorama* atuou como espaço de formação doutrinária e legitimação intelectual do integralismo; *Anauê!* traduziu esse vocabulário em linguagem de mobilização simbólica e popular, aproximando o discurso erudito do público militante. Ao iluminar essa dinâmica, o estudo contribui para repensar as intersecções entre fascismo, catolicismo político e imprensa integralista como mecanismos de legitimação autoritária, ressaltando a tradução intelectual como processo ativo de adaptação, mediação e criação conceitual, e não mera cópia ou recepção passiva.

Palavras-chave: Miguel Reale; integralismo; tradução; imprensa; pensamento político.

¹ Este trabalho contou com financiamento da FAPESP (processo 2025/05525-1).

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: guilhermeferreiradefina@gmail.com

Abstract

This article investigates Miguel Reale's language in the Integralista periodicals Panorama and Anauê, proposing the notion of translation as a central operation in the circulation and reconfiguration of authoritarian ideas in 1930s Brazil. Drawing on the political history of thought and a documentary analysis of a corpus composed of six texts from Panorama and three from Anauê, the study demonstrates that Reale articulated a hybrid lexicon—legal, philosophical, and Catholic—that systematized key categories such as corporatism, order, and freedom, reinterpreting liberal terms through an authoritarian lens. The two publications fulfilled complementary roles: Panorama functioned as a space for doctrinal formation and intellectual legitimation of Integralism, while Anauê translated this vocabulary into a language of symbolic and popular mobilization, bringing erudite discourse closer to the militant audience. By illuminating this dynamic, the article contributes to rethinking the intersections between fascism, political Catholicism, and the Integralista press as mechanisms of authoritarian legitimation, highlighting intellectual translation as an active process of adaptation, mediation, and conceptual creation rather than mere imitation or passive reception.

Keywords: *Miguel Reale; Integralism; translation; press; political thought.*

Resumen

Este artículo investiga el lenguaje de Miguel Reale en los periódicos integralistas Panorama y Anauê, proponiendo la noción de traducción como operación central en la circulación y reconfiguración de las ideas autoritarias en el Brasil de la década de 1930. Con base en la historia política del pensamiento político y en el análisis documental de un corpus compuesto por seis textos de Panorama y tres de Anauê, se demuestra que Reale articuló un léxico híbrido – jurídico, filosófico y católico – que sistematizó categorías clave como corporativismo, orden y libertad, resignificando términos liberales en clave autoritaria. Las dos publicaciones cumplieron funciones complementarias: Panorama actuó como espacio de formación doctrinaria y legitimación intelectual del integralismo; Anauê! tradujo ese vocabulario en un lenguaje de movilización simbólica y popular, aproximando el discurso erudito al público militante. Al iluminar esta dinámica, el estudio contribuye a repensar las intersecciones entre fascismo, catolicismo político y prensa integralista como mecanismos de legitimación autoritaria, resaltando la traducción intelectual como un proceso activo de adaptación, mediación y creación conceptual, y no como mera copia o recepción pasiva.

Palabras clave: Miguel Reale; integralismo; traducción; prensa; pensamiento político.

Introdução

O integralismo brasileiro constituiu uma das mais expressivas experiências autoritárias da década de 1930, articulando elementos do nacionalismo católico com influências diretas do fascismo europeu.³ No interior da Ação Integralista Brasileira (AIB), a imprensa exerceu papel estratégico: funcionou não apenas como veículo de difusão doutrinária, mas também como instrumento de mobilização política e de formação cultural das elites e das bases do movimento. Entre os intelectuais integralistas, Miguel Reale destacou-se por combinar a reflexão conceitual com a escrita militante, modulando sua linguagem de acordo com o público e os objetivos de cada publicação.

Este artigo analisa essa dimensão discursiva, tomando como objeto a linguagem de Reale nos periódicos integralistas *Panorama* e *Anauê!*. Sustenta-se a noção de tradução como operação central na circulação e reconfiguração das ideias autoritárias no Brasil dos anos 1930. A partir da história política do pensamento político e de análise documental aplicada a um corpus composto por seis textos de *Panorama* e três de *Anauê!*, demonstra-se que Reale articulou um léxico híbrido, jurdica e católico, por meio do qual sistematizou categorias como corporativismo, ordem e liberdade. Enquanto *Panorama* exerceu função de formação doutrinária, voltada à elaboração teórica e à legitimação intelectual do integralismo, *Anauê!* assumiu papel de mobilização simbólica, convertendo esse vocabulário em linguagem popular e militante.⁴

Tabela 1 – Textos de Miguel Reale no periódico *Panorama*

Edição	Data (publicação mensal)	Textos
1	Janeiro de 1936	Homens e idéias (Resenha de "A aventura política do Brazil", de Azevedo do Amaral, publicado pela livraria José Olympio - Rio)
2	Fevereiro de 1936	Homens e idéias (Resenha de "Historia militar do Brasil", de Gustavo Barroso, publicada pela Editora Nacional - São Paulo)
3	Março de 1936	Amor à liberdade
6	Junho de 1936	Nós e os fascistas da Europa
8	Agosto de 1936	Corporativismo e unidade nacional
14	Fevereiro de 1937	Integralismo e Democracia

Fonte: elaboração própria.

³ Aqui adotamos como definição operacional de fascismo a formulação de Bianchi (2024, p. 60), inspirada na ideia de “família de semelhanças” proposta por Ludwig Wittgenstein, segundo a qual diferentes fenômenos podem ser agrupados em uma mesma categoria não por compartilharem uma essência única, mas por apresentarem um conjunto de características recorrentes e sobrepostas. Assim, o núcleo comum da ideologia fascista é composto por cinco elementos invariáveis: (1) ultranacionalismo, (2) culto ao Estado, (3) antidemocracia, (4) anticomunismo e (5) valorização positiva da violência como força criadora de uma nova ordem política voltada ao renascimento nacional. Essa definição autoriza tratar o integralismo brasileiro como uma variante nacional desse núcleo ideológico.

⁴ Todas as edições dos dois periódicos analisadas neste artigo estão disponíveis na Biblioteca Digital de Pensamento Latino-Americano, organizada pelo PEPOL–Unicamp (Laboratório de Pensamento Político da Universidade Estadual de Campinas).

Tabela 2 – Textos de Miguel Reale no periódico *Anauê!*

Edição	Data (publicação mensal)	Textos
1	Janeiro de 1935	Aspectos do comunismo no Brasil
2	Maio de 1935	Aspectos do comunismo no Brasil II
8	Março de 1936	A Actualidade do Coração

Fonte: elaboração própria.

A escolha dos periódicos *Panorama* e *Anauê!* Decorre, assim, de sua centralidade na produção discursiva de Miguel Reale no interior do integralismo brasileiro, bem como das funções diferenciadas que desempenharam no projeto intelectual e político do movimento. O primeiro assume relevância adicional por ter sido dirigido por Reale, configurando-se como espaço privilegiado de elaboração conceitual e de sistematização doutrinária. Embora o autor também tenha exercido funções de direção no jornal *Ação*, cuja importância para a história da imprensa integralista é incontestável (cf. Barbosa, 2007), sua exclusão do corpus responde a critérios analíticos e de viabilidade empírica. O grande volume de edições e a expressiva quantidade de textos ali publicados constituem um material de extrema riqueza, cuja análise demandaria um tratamento próprio e mais extensivo, excedendo os limites e os objetivos deste artigo. Nesse sentido, a opção por esses dois periódicos permite apreender, de modo mais controlado e comparativo, as operações de tradução discursiva realizadas por Reale, sem prejuízo do reconhecimento da centralidade de *Ação* como fonte para investigações futuras.

O debate historiográfico sobre o fascismo e suas manifestações fora da Itália tem sido marcado por profundas divergências quanto à sua definição, natureza e alcance histórico. Uma vertente influente da literatura tratou o fascismo como fenômeno circunscrito à Europa do entre-guerras. Nolte (1966) o inseriu no quadro da “era do fascismo” europeia, enquanto De Felice (1995 [1969], p. 254) o definiu como experiência essencialmente europeia situada entre as duas guerras mundiais. Gentile (2001 [1975], p. 20) reforçou essa perspectiva ao sustentar que qualquer conceituação supranacional deveria necessariamente tomar a experiência italiana como referência. De forma ainda mais categórica, Allardyce (1979, p. 270) afirmou que “fascismo não é um conceito genérico” e que “a palavra fascismo não tem sentido fora da Itália”. Payne (1980, p. 176) e Mann (2008, p. 41) também enfatizaram o caráter europeu do fenômeno, destacando sua dependência de condições históricas específicas da modernidade europeia.⁵

Esse enquadramento restritivo, contudo, não impediu que, já nos anos 1930, o integralismo brasileiro fosse objeto de interpretações concorrentes. Entre seus simpatizantes, Ovídeo da Cunha apresentou-o como uma doutrina cristã enraizada na realidade nacional, buscando distingui-lo explicitamente do fascismo e do racismo europeus (Cunha, 1935, p. 90). Em sentido oposto, Arci Tenório de Albuquerque, ligado à ala antissemita da AIB, aproximou integralismo, fascismo e nazismo, inserindo o caso brasileiro em um movimento internacional, ainda que reconhecendo especificidades nacionais (Albuquerque, 1937). Ainda nesse período, Carlos Henrique Hunshel (1938) produziu a primeira análise acadêmica sistemática do movimento, definindo-o como simultaneamente nacional e internacional, originalmente brasileiro, mas integrado a um fenômeno autoritário mais amplo. Em

⁵ Para um debate mais aprofundado sobre essa delimitação europeia do conceito de fascismo, ver Bianchi e Melo (2023).

contraste, Nicolau de Flue Gut enfatizou o nacionalismo de Plínio Salgado e relativizou a centralidade da doutrina e da organização integralista, adotando uma leitura mais apologética da liderança do movimento (Flue Gut, 1940 [1938], p. 82).

Essas leituras seriam retomadas e reelaboradas a partir da década de 1970, quando as interpretações restritivas do fascismo passaram a ser sistematicamente tensionadas no Brasil. Os trabalhos de Héglio Trindade foram decisivos nesse deslocamento ao identificar a presença de movimentos fascistas fora da Europa, em especial a Ação Integralista Brasileira (Trindade, 1979 [1974]). Para o autor, o integralismo poderia ser compreendido como fascista a partir de convergências organizacionais, ideológicas e sociais, bem como de suas conexões internacionais, afastando a leitura que o reduziria a uma anomalia periférica (Trindade, 1979 [1974], p. 4). Em contraste, José Chasin (1999 [1978]) sustentou que fascismo e integralismo corresponderiam a objetivações sociais distintas, vinculadas a formações históricas diversas. Para o autor, o integralismo deveria ser entendido como “uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, com um apelo ruralista” (Chasin, 1999 [1978], p. 591), na qual o anticapitalismo e o anti-imperialismo expressariam um nacionalismo tradicionalista orientado à legitimação de um “Estado integral legitimado na moral da família” (Chasin, 1999 [1978], p. 514).

Entre essas posições, Vasconcellos (1979, p. 57) propôs uma interpretação intermediária, segundo a qual o integralismo teria operado por meio de uma mimetização do fascismo, apropriando-se seletivamente de seus repertórios sem configurar identidade plena entre os fenômenos. Marilena Chaui deslocou o eixo da controvérsia ao afirmar que a questão central não residiria na “importação do fascismo”, mas no fato de que o integralismo teria exprimido “a verdade do nacionalismo como política autoritária” (Chauí, 2014 [1978], p. 86). Ricardo Benzaquen de Araújo (1988b), por sua vez, rejeitou o enquadramento fascista e propôs interpretar o movimento à luz do conceito de totalitarismo, enfatizando a participação absoluta, a homogeneização social e a construção de uma comunidade política disciplinada.

Nesse contexto, o integralismo passou a ser caracterizado como um caso relevante do fascismo fora da Europa. Griffin qualificou-o como “o mais significativo caso de fascismo na América Latina” (Griffin, 1991, p. 150), destacando a centralidade de mitos palingenéticos, a mobilização de massas e a articulação entre nacionalismo, cristianismo e identidade nacional. A partir da década de 1990, consolidou-se entre pesquisadoras e pesquisadores brasileiros um consenso relativo quanto à caracterização do integralismo como movimento fascista, ainda que não entendido como mera reprodução de um modelo exterior (p. ex. Bertonha, 2014, p. 65). Esse consenso, contudo, permaneceu objeto de problematizações. Ramos (2015, cap. 1), por exemplo, argumentou que o integralismo incorporou o fascismo de maneira reflexiva e intencional, sem que essa incorporação fosse suficiente para explicar plenamente o sentido histórico do movimento, chamando atenção para a presença de outras tradições autoritárias subestimadas pela historiografia.

Paralelamente, consolidaram-se abordagens comparativas e transnacionais que passaram a incorporar o integralismo brasileiro de forma sistemática, deslocando o foco da mera classificação do fenômeno para a análise do fascismo como uma constelação plural, interconectada e historicamente situada de experiências autoritárias (cf. p. ex. Pinto, 2006; Roberts, 2016). Em oposição às leituras restritivas, Griffin (2018) defendeu a compreensão do fascismo como ideologia de vocação internacional, cujas apropriações locais desafiam fronteiras nacionais. Essa perspectiva impulsionou estudos sobre a circulação de ideias, símbolos e práticas políticas (p. ex. Bauerkämper; Rossolinski, 2017). Na coletânea *Comparative Fascist Studies: New Perspectives*, Iordachi (2010) argumenta que o fascismo deve ser apreendido por meio de comparações que articulem níveis empíricos e conceituais, do

nacional ao transnacional, da ideologia ao regime. Nessa mesma linha, Albanese e del Hierro (2016, p. 2) ressaltam o caráter essencialmente transnacional do fascismo, sustentado por redes ideológicas, políticas e simbólicas de longa duração.

Nesse horizonte, a noção de tradução, tal como empregada neste artigo, dialoga com essas abordagens comparativas e transnacionais, mas propõe um deslocamento teórico: compreender a circulação não como simples transferência de modelos, e sim como reelaboração ativa e contextualizada de conceitos. A partir do sentido gramsciano de tradução, como operação de mediação entre linguagens políticas distintas e adaptação criadora de significados (cf. Boothman, 2022; Góes; Bianchi, 2023), busca-se mostrar como Miguel Reale reconfigura categorias do fascismo italiano e do corporativismo europeu em um vocabulário espiritualista, católico e nacionalista, conformando uma racionalidade autoritária específica ao Brasil dos anos 1930.

Como recorda Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, a tradutibilidade entre linguagens filosóficas e políticas não é um processo mecânico de equivalência, mas uma prática de reconstrução que põe em relação formações históricas distintas. Inspirando-se nessa concepção, Thomas (2025, p. 234, tradução nossa) destaca que “a tradução sempre e necessariamente começa *in media res*, entre as particularidades impuras que escapam à imposição de qualquer universalidade fictícia”. Traduzir, portanto, é intervir: selecionar, omitir e reformular elementos de modo a produzir novos sentidos em situações concretas. Aplicada ao caso de Reale, essa perspectiva permite apreender o integralismo não como simples recepção de um repertório europeu, mas como sua transformação criativa dentro de um campo intelectual e político periférico, marcado por mediações católicas, jurídicas e nacionalistas.

Operacionalmente, entende-se por “tradução” o processo pelo qual Reale seleciona, reinterpreta e reinscreve elementos do fascismo e do corporativismo europeus em um novo vocabulário político, ajustado às condições culturais e institucionais brasileiras. Considera-se que a tradução ocorre quando conceitos, metáforas ou categorias oriundas de um contexto europeu – como autoridade, liberdade ou trabalho – são deslocados e reconfigurados em chave espiritualista, católica ou nacionalista. A análise parte, assim, de um cotejamento lexical e temático entre textos doutrinários de *Panorama* e artigos de mobilização em *Anauê!* (1935–1937), observando de que modo essas operações tradutórias produzem um discurso autoritário próprio, no qual o fascismo é domesticado e racionalizado segundo uma gramática jurídica e moral específica do integralismo brasileiro.

A análise é aqui orientada pela perspectiva da história política do pensamento político (cf. Bianchi, 2014), em diálogo com a história intelectual e com a análise das linguagens políticas, permitindo situar os textos em seus contextos de produção e recepção. A técnica de pesquisa mobiliza a análise documental proposta por Cellard (2008), que articula leitura interna, voltada ao conteúdo conceitual e à estrutura argumentativa, e leitura externa, atenta à autoria, à situação de produção e aos usos sociais do documento (Cellard, 2008, p. 302–303). A partir dessa perspectiva, os textos de Reale são tratados como artefatos discursivos que operam no campo das disputas simbólicas e ideológicas, contribuindo para a construção de um projeto autoritário de Estado e de sociedade.

Parte-se da hipótese de que *Panorama* e *Anauê!* expressam registros complementares da tradução das ideias fascistas no Brasil. Em *Panorama*, Reale reelaborava categorias como *corporativismo* e *democracia orgânica* em chave reflexiva, em diálogo com o fascismo italiano e com a doutrina católica social. Já em *Anauê!*, sua escrita assumia tom combativo e espiritualista, centrado na denúncia do comunismo e na exaltação da mística integralista. Ao articular teoria e propaganda como dimensões de um mesmo projeto autoritário, a imprensa integralista revela-se um espaço privilegiado de tradução, no qual a adaptação da linguagem

constituiu instrumento decisivo para a difusão e a legitimação do integralismo no Brasil dos anos 1930.

Preâmbulo: Miguel Reale entre o direito e o integralismo

Antes de adentrar diretamente o exame da imprensa integralista e da linguagem mobilizada por Miguel Reale nos periódicos aqui analisados, faz-se necessário um breve preâmbulo de natureza historiográfica e conceitual. Tal movimento visa situar o objeto deste artigo no interior de um campo de estudos consolidado e atravessado por interpretações concorrentes acerca do pensamento de Reale, de sua atuação no integralismo e do lugar dessa experiência no conjunto de sua produção intelectual.

Miguel Reale figura entre os intelectuais brasileiros mais influentes do século XX, com contribuições duradouras à filosofia do direito, à teoria do Estado e à cultura jurídica nacional. Reconhecido sobretudo pela formulação da teoria tridimensional do direito e por sua atuação institucional posterior, incluindo a participação na elaboração do Código Civil de 2002, sua obra foi majoritariamente recebida por meio de leituras técnico-jurídicas ou retrospectivas, o que contribuiu para uma assimetria na fortuna crítica e para a marginalização de sua fase integralista, frequentemente tratada como episódica.

Com efeito, a atuação de Reale como Secretário Nacional de Doutrina da AIB, autor de catecismos, ensaios e artigos de forte teor político, permaneceu por muito tempo lateral na literatura. Em textos sintéticos como o ensaio de Poletti (1999), o integralismo aparece como um “sonho de juventude”, sem que seus conteúdos doutrinários, desdobramentos conceituais ou possíveis continuidades sejam examinados de modo sistemático (Poletti, 1999, p. 136). Tal postura reflete uma tendência mais ampla de dissociar a produção teórica madura de Reale de seu engajamento político nos anos 1930. Essa dissociação foi parcialmente tensionada por Paim (1999), ao destacar que, desde suas primeiras obras, Reale buscava construir uma síntese própria entre concepções políticas diversas, concebendo a filosofia política como espaço de articulação entre exigências teóricas e necessidades práticas, o que sugere especificidades doutrinárias mesmo em sua fase integralista (Paim, 1999, p. 65).

A partir dos anos 1980, essa leitura passou a ser questionada por estudos que reconheceram a centralidade de Reale na formulação doutrinária do integralismo. Araújo (1988a) destacou seu papel singular no interior da AIB, interpretando-o como responsável por conferir densidade filosófica e sistematicidade conceitual a um movimento marcado, em outras lideranças, pelo misticismo ou pelo nacionalismo radical. Para o autor, a doutrina realeana buscava superar tanto o individualismo liberal quanto o absolutismo estatal por meio de uma concepção orgânica de totalidade, fundada na articulação entre liberdade e autoridade (Araújo, 1988a, p. 17–18). Em diálogo com essa interpretação, Cunha Melo (1994) enfatizou o caráter institucional e jurídico do pensamento de Reale, vinculando-o a uma tradição autoritária nacional associada a nomes como Alberto Torres e Oliveira Vianna, culminando na formulação de um projeto de Estado ético orientado por uma filosofia da síntese e por um ideal de modernização autoritária conduzida por elites culturais (Cunha Melo, 1994, p. 142–146).

Nos anos 2000, o debate foi aprofundado por Ramos (2008a; 2008b), que distinguiu dois perfis intelectuais no interior da AIB: o líder mobilizador representado por Plínio Salgado e o jurista sistemático encarnado por Reale. Ao interpretar sua doutrina como uma “utopia conservadora”, nos termos de Karl Mannheim, Ramos argumentou que o pensamento integralista de Reale visava à reorganização autoritária da sociedade a partir de valores considerados permanentes, como hierarquia, ordem e autoridade, por meio de uma síntese seletiva entre tradições nacionais e autores estrangeiros (Ramos, 2008b, p. 4–6). Esse

diagnóstico foi reforçado por Pinho (2008), que chamou atenção para a persistência de categorias como organicidade, representação funcional e hierarquia ao longo da trajetória de Reale, relativizando leituras que tratam o integralismo como simples desvio juvenil (Pinho, 2008, p. 62).

Paralelamente, estudos como os de Caldeira Neto (2011) e Cazetta (2013; 2014) deslocaram o foco para as estratégias de memória e de reinterpretação retrospectiva mobilizadas por Reale no pós-guerra. A análise de entrevistas, memórias e reedições de suas obras políticas evidenciou esforços sistemáticos de suavização do integralismo, apresentado como experiência intelectual ou formativa, em sintonia com novos contextos políticos e institucionais (Caldeira Neto, 2011, p. 185; Cazetta, 2014, p. 103–104).

No interior dos estudos sobre o fascismo e suas circulações internacionais, as contribuições de Bertanha (2013) foram decisivas para situar Reale no universo fascista transnacional. O autor destacou a influência consciente do fascismo italiano em sua doutrina, a centralidade do corporativismo e a afinidade entre o projeto realeano e a lógica autoritária de reorganização social, ainda que distinta das formas totalitárias mais mobilizadoras (Bertanha, 2013, p. 269–276). Um avanço decisivo nesse campo foi a tese de Tanagino (2018), que analisou sistematicamente a produção de Reale entre 1932 e 1939 a partir da noção de “síntese integral”, entendida como princípio metodológico e horizonte político da doutrina realeana. Segundo o autor, essa síntese articulou direito, Estado, corporativismo e cultura em um projeto autoritário voltado à reorganização da sociedade brasileira, incorporando seletivamente autores como Giovanni Gentile, Ugo Spirito e Alfredo Rocco, sem adesão plena ao modelo totalitário italiano (Tanagino, 2018, p. 193; 213).

Em direção parcialmente distinta, Costa Filho (2022) retomou de modo sistemático a produção intelectual de Miguel Reale, enfatizando suas conexões com tradições intelectuais brasileiras nas quais o direito, a cultura e a liberdade ocupam posição central. Ao recusar tratá-lo como simples transposição do fascismo italiano, o autor sustenta que a obra realeana deve ser compreendida a partir de uma matriz culturalista própria, cujos fundamentos atravessam diferentes momentos de sua trajetória intelectual (Costa Filho, 2022, p. 76). No mesmo estudo, ao analisar o período entre 1931 e 1960, identifica o culturalismo filosófico como base central de sua produção, sem indicar influência direta e determinante do fascismo, reforçando a necessidade de abordar sua fase integralista como parte de uma arquitetura teórica mais ampla (Costa Filho, 2022, p. 88).

Apesar desses avanços, permanecem lacunas importantes quanto aos modos concretos de circulação, tradução e reconfiguração das ideias fascistas no Brasil, sobretudo no que se refere à linguagem, aos registros discursivos e às estratégias de adaptação conceitual mobilizadas por Reale em sua atuação cotidiana como intelectual e dirigente integralista.⁶ É nesse ponto que se insere a proposta deste artigo. Ao deslocar o foco para a imprensa integralista e para os textos publicados por Reale em *Panorama e Anauê!*, busca-se analisar as operações de tradução discursiva por meio das quais categorias do fascismo e do corporativismo europeus foram reelaboradas e inscritas em linguagens específicas, articulando reflexão jurídica, espiritualismo católico e mobilização política no contexto brasileiro dos anos 1930.

⁶ Para um panorama mais amplo dos estudos sobre Miguel Reale, ver Costa Filho (2022) e Cunha (2022), que, por diferentes vias analíticas, oferecem recapitulações sistemáticas e consistentes da literatura dedicada ao autor.

Entre teoria e propaganda: o papel da imprensa integralista

A imprensa integralista não se restringia à simples difusão de ideias ou ao registro de acontecimentos. Ela assumia funções centrais de organização, disciplinamento e mobilização do movimento. Conforme observou Leal (2006, p. 65), inspirada na concepção leninista de imprensa partidária, podia assumir como funções a “propaganda, a agitação e a organização do partido”, configurando-se como instrumento de unificação doutrinária e de controle interno, articulando-se como elo entre a cúpula dirigente e as bases. O Congresso Nacional de Imprensa Integralista de 1936 reforçou essa lógica ao deliberar sobre a padronização da linha editorial e ao definir orientações de disciplina que subordinavam a atividade jornalística aos objetivos organizativos do movimento (Leal, 2006, p. 55-57). No horizonte mais amplo do projeto de um Estado Integral, a imprensa era concebida para atuar lado a lado com o poder, como aparelho de hegemonia que integraria a própria direção estatal e sendo mantida pelo próprio Estado (Leal, 2006, p. 98).

Como demonstrou Cavalari (1999, p. 83–93), a imprensa integralista possuía finalidade primordialmente doutrinária, organizada para garantir uniformidade e hegemonia discursiva no interior do movimento. Esse objetivo era alcançado por meio de um sistema de controle e padronização das publicações, que impunha o respeito a diretrizes tipográficas e o uso de técnicas de persuasão – repetição, transcrição sem fonte, lembretes e propaganda comercial acoplada à doutrina – coordenadas pelo Sigma – Jornais Reunidos e pela Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) da AIB.

A imprensa funcionou, em suma, como a principal máquina de propaganda e de construção de consenso do integralismo. Mais especificamente, como bem notou Capelato (1989, p. 23), a imprensa integralista funcionava como “instrumento de ação política direta”, orientada para a formação de uma nova consciência coletiva, alicerçada em valores tradicionalistas e nacionalistas. Dessarte, os integralistas montaram uma rede articulada de periódicos e revistas para alcançar diferentes públicos e espaços sociais, desde núcleos locais até a esfera nacional, com o objetivo de universalizar a doutrina e tornar cotidiana a linguagem do movimento. Nesse sentido, a imprensa era percebida pelos integralistas como um poderoso instrumento que lhes garantia ampla inserção junto à população (Oliveira, 2009, p. 349). Essa estratégia permitiu não apenas a circulação massiva de mensagens, mas também a repetição sistemática de conteúdos que moldavam identidades políticas e hierarquizavam adversários e aliados, transformando a imprensa em instrumento de formação e de coerção simbólica. Além disso, a propaganda voltava-se explicitamente às novas gerações: o movimento concebera a juventude como segmento estratégico para a reprodução e a renovação de lideranças, promovendo uma socialização ideológica precoce e negando possibilidades de vivência autônoma para crianças e jovens (Santana, 2011, p. 228).⁷ Nesse registro, a função doutrinária dos periódicos era explícita, pois cabia à imprensa teorizar e doutrinar, segundo ressaltava o próprio Plínio Salgado (Oliveira, 2009, p. 106). A própria organização do aparato jornalístico, com propostas de formação profissional, códigos de conduta e esforços de padronização editorial, confirma que a imprensa não foi um apêndice, mas pilar central da implantação e da manutenção da presença social da AIB.

Além das dimensões organizativa e mobilizadora, a imprensa integralista foi concebida como instrumento de regeneração moral e cultural da sociedade. Nas publicações do movimento, defendia-se a necessidade de uma “elevação do nível intelectual das massas”

⁷ Complementando essa leitura, Athaides (2022) também destacou, a partir de seu estudo de caso do periódico *A Razão* no estado do Paraná, como os periódicos integralistas articulavam moralismo, pedagogia e formação de quadros juvenis para garantir inserção social e reprodução ideológica.

e responsabilizava-se a imprensa liberal pela ausência de cultura e pela degradação moral do país (Barbosa, 2007, p. 117). Essa dimensão pedagógica coexistia, contudo, com outra de caráter propagandístico e militante: a imprensa funcionava como máquina de propaganda, promovendo mecanismos de socialização ideológica e de mobilização capazes de conectar militantes geograficamente dispersos e integrá-los a uma comunidade política comum (Barbosa, 2007, p. 233).⁸

Desde sua fundação, o movimento valorizava a propaganda como uma prática educativa voltada à construção de um novo tipo de cidadão. Conforme expresso em seus estatutos, a AIB se definia como um “centro de estudos e cultura sociológica”, comprometido com uma “grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro” (Estatutos da Ação Integralista Brasileira, 1934). Plínio Salgado, por sua vez, recorria frequentemente à imagem do “povo-criança” – ingênuo, desorientado, suscetível – que precisava ser conduzido por meio da educação integral, moral e cívica, até alcançar a Revolução Espiritual proposta pelo movimento (Salgado, 1936). Nessa perspectiva, jornais como o *Ação* eram concebidos não apenas como instrumentos de comunicação, mas como verdadeiros aparelhos pedagógicos voltados à regeneração da sociedade brasileira.⁹

Entre os periódicos da AIB, *Panorama* e *Anauê!* ilustram a diversidade de funções atribuídas à imprensa integralista. *Panorama*, criada em 1936 sob a direção de Miguel Reale, visava falar à elite dirigente e aos setores mais intelectualizados do movimento. Conforme anunciado em seu primeiro número, o periódico se colocava no plano da “revolução mediata”, dedicado ao “trabalho paciente de cultura, de revisão, de crítica, de criação das elites do nosso movimento” (*Panorama*, n. 1, jan. 1936, p. 1, *apud* Oliveira, 2009, p. 194). Já *Anauê!*, lançada em 1935 no Rio de Janeiro, apresentava perfil de revista de cultura “para toda a família” (Oliveira, 2009, p. 181), com seções destinadas a mulheres e crianças, notas de higiene e saúde, além da divulgação das atividades dos núcleos integralistas. Riquíssima em recursos gráficos – fotografias, caricaturas e ilustrações –, foi concebida para universalizar a ideologia integralista, difundindo-a de forma simples e atraente (Oliveira, 2009, p. 193). Assim, enquanto *Panorama* buscava sistematizar a doutrina e oferecer um fórum de elaboração teórica, reafirmando o papel dirigente de Reale no projeto integralista, *Anauê!* tinha como função massificá-la no espaço doméstico e cotidiano.

Sobre a *Panorama*, Santana (2011, p. 221) ressalta que esta foi concebida com vocação pedagógica e formadora: pretendia ser “um laboratório de ideias e ao mesmo tempo uma escola de futuros estadistas da Nação Integral”, evidenciando sua função explícita de produzir e transmitir saberes para a elite dirigente e para a juventude que se queria formar para o movimento. Pacheco (2021b) interpretou essa proposta como parte do esforço de Reale em articular formação doutrinária e construção de uma elite política por meio do chamado “Pensamento Novo”, transformando a revista em espaço privilegiado de elaboração conceitual e de legitimação intelectual do integralismo. Entendia-se por “Pensamento Novo”, nesse contexto, o

[...] pensamento integralista, pautado pelo catolicismo e pela defesa do corporativismo como busca da ordem eterna, pela família e pelo trabalho

⁸ Contudo, conforme Sodré (1999), a imprensa brasileira do início do século XX não possuía o caráter de meio de comunicação de massa no sentido moderno. Tratava-se de uma instituição de opinião, profundamente vinculada a grupos políticos e intelectuais, cuja influência se exercia por meio da formação de elites dirigentes e de públicos específicos. Essa concepção permite relativizar o alcance efetivo da propaganda integralista, que, embora pretendesse falar às massas, permaneceu restrita a círculos militantes e ideologicamente mobilizados.

⁹ Segundo o *Monitor Integralista*, em edição de 7 de outubro de 1937, haveria cerca de três mil escolas integralistas espalhadas pelo país, voltadas à alfabetização e ao ensino profissional (Salgado, 1937, p. 22). Ainda que esse número deva ser lido com cautela, a existência dessas estruturas é amplamente documentada, e sua divulgação pelos periódicos do movimento servia ao duplo propósito de exibir o crescimento organizacional da AIB e reafirmar sua vocação nacional-pedagógica.

enquanto organizadores da vida e pelo Estado atuando na qualidade de ordenador do futuro de forma a controlar as lutas de classe decorrentes da desordem gerada pelas revoluções materialistas, pela indústria e pelas ideias que tomaram a Europa a partir do século XVIII (Carneiro; Silva, 2018, p. 82 *apud* Pacheco, 2021b, p. 37).

Essa dimensão doutrinária foi materializada na prática editorial. Segundo Pacheco (2021a), *Panorama* foi pensada como uma revista de “alta cultura” e de formação intelectual sob direção de Miguel Reale: entre janeiro de 1936 e outubro de 1937 publicou treze números que reuniram dezenas de colaboradores vindos de várias áreas do saber, privilegiando o ensaio e a reflexão sistemática. O perfil editorial – projeto gráfico sóbrio, preferência por artigos longos e por interlocutores eruditos – visava conferir densidade teórica ao movimento, associar o integralismo a tradições culturais reconhecidas e projetar uma liderança intelectual capaz de fundamentar o programa do Estado Integral (Pacheco, 2021a, p. 66–70). Em especial, números temáticos como o dedicado à unidade nacional mostraram que a revista não se limitava à propaganda imediata, mas buscava problematizar e oferecer diagnósticos e propostas (federalismo, corporativismo, políticas econômicas e culturais) que pudessem ser apropriados pela direção do movimento como base conceitual.

A revista privilegiava, portanto, o ensaio erudito e o trabalho disciplinar de produção teórica, adotava projeto gráfico sóbrio e reunia autores de várias áreas com o objetivo de transformar o debate intelectual em instrumento de legitimação e reprodução da doutrina integralista. Nesse sentido, *Panorama* funcionava menos como meio de propaganda de massas e mais como espaço de elaboração conceitual e de formação de quadros, integrando-se ao aparato de propaganda da AIB por meio de um projeto pedagógico dirigido à criação de elites e à naturalização de um novo repertório político (Santana, 2011, p. 221).

No que diz respeito à *Anauê!*, estudos comparativos ressaltam que, em termos técnicos e temáticos, a propaganda integralista estabeleceu afinidades com modelos europeus de propaganda de massa, notadamente no emprego sistemático de fotografias, fotomontagens, símbolos e repetição iconográfica para “atestarem” a grandeza do grupo e conquistar públicos menos letrados (Júnior, 2011, p. 50). Em particular, Júnior chama a atenção para o fato de que *Anauê!* intensificou o uso dessas estratégias visuais e que, assim, “a propaganda integralista compartilhou muitos temas e métodos com a propaganda nazista” (Júnior, 2011, p. 48). Essa dimensão gráfica e espetacular complementava o trabalho pedagógico de *Panorama*: enquanto esta cuidava da formação das elites e da produção teórica, outras publicações transformavam a doutrina em espetáculo acessível, ampliando o alcance e a eficácia do aparato propagandístico da AIB.

Nesse sentido, Silva (2005) mostrou que *Anauê!* assumia abertamente sua função doutrinária e de fidelidade a Plínio Salgado. Desde o primeiro número, a revista declarava ter como objetivo “divulgar, em linguagem acessível a todos, a doutrina integralista” (*Anauê!*, jan. 1935, ano I, n. 1, p. 3, *apud* Silva, 2005, p. 67). Não por acaso, chegou a se autodefinir como “a netinha do Chefe”, expressão que sintetizava a íntima relação da publicação com a liderança integralista (Silva, 2005, p. 68). Sua linguagem era marcada por forte carga simbólica, que mesclava política e religião: Salgado era descrito como um guia providencial, comparado a Paulo de Tarso ou mesmo a Cristo, e o integralismo era representado como missão redentora destinada a regenerar a nação (Silva, 2005, p. 70-72).

Para além da sacralização da figura do Chefe, a revista também operava uma reinvenção da história nacional. Em suas páginas, o integralismo era colocado em continuidade com lutas e episódios do passado, como a Inconfidência Mineira, a resistência aos holandeses e a Guerra de Canudos, reinterpretados como prefigurações da missão integralista. Assim, *Anauê!* mobilizava imagens, símbolos religiosos e narrativas históricas para construir um imaginário coletivo capaz de dar legitimidade mítica ao movimento e, ao

mesmo tempo, reforçar a disciplina e a coesão interna de seus militantes (Silva, 2005, p. 73-76).

Além dessa dimensão simbólica e religiosa, é importante destacar que *Anauê!* foi objeto de estudo específico de Fiorucci (2012), que analisou seu primeiro ano de circulação. O autor observa que a revista foi lançada em 1935 com a intenção de modernizar a imprensa integralista, incorporando recursos gráficos, fotografias e seções variadas, numa tentativa de acompanhar o padrão das revistas ilustradas em voga, como *O Cruzeiro* e *Fon-Fon*. Contudo, sua trajetória inicial foi marcada por instabilidade: em vez da periodicidade mensal anunciada, apenas cinco números circularam naquele ano, evidenciando dificuldades administrativas e financeiras (Fiorucci, 2012, p. 5).¹⁰ Apesar dessas limitações, *Anauê!* conseguiu reunir um expressivo número de colaboradores – sessenta e seis apenas em 1935 – e veiculou mais de 350 fotografias nas suas primeiras edições, o que revela a centralidade do recurso imagético como instrumento de doutrinação e atração de leitores (Fiorucci, 2012, p. 5-10). Nesse sentido, mesmo sem atingir plenamente o padrão gráfico de suas congêneres comerciais, a revista marcou uma inflexão importante no esforço de profissionalização da propaganda integralista, funcionando como laboratório de modernização das práticas editoriais do movimento.

Em estudo posterior, Fiorucci (2016) analisou como *Anauê!* construiu representações sobre o comunismo entre 1935 e 1937. O autor observa que, embora o tema não fosse o mais recorrente, “foi tratado com mais contundência e acidez que os outros. Se não era o mais numeroso, era o mais impactante” (Fiorucci, 2016, p. 18). Assim, o comunismo era associado a “morte, escuridão, assassinatos, doenças etc., sempre de forma superficial, sem aprofundamento e dados objetivos” (Fiorucci, 2016, p. 18). Essa estratégia buscava alimentar o medo social e legitimar o integralismo como alternativa salvadora, reforçando a centralidade da doutrina de Plínio Salgado. Como concluiu o autor, tratou-se de “vulgarização da informação, abusando de textos e imagens panfletários, superficiais, mas bastante eficazes para a doutrinação pública” (Fiorucci, 2016, p. 28).

Desse modo, *Panorama* e *Anauê!* exemplificam a diversidade de registros assumidos pela imprensa integralista e revelam sua centralidade como espaço privilegiado de tradução de ideias políticas. Enquanto *Panorama*, sob a direção de Miguel Reale, buscava sistematizar conceitos e formar uma elite intelectual comprometida com o projeto do Estado Integral, *Anauê!* convertia a doutrina em linguagem simplificada, imagética e mística, voltada à mobilização de massa e à sacralização da liderança de Plínio Salgado. A complementaridade entre essas publicações mostra que a imprensa integralista não se limitava à difusão de mensagens, mas operava como arena estratégica em que teoria e propaganda se articularam, permitindo a Reale transitar entre a elaboração conceitual e a militância combativa. Nessa perspectiva, a imprensa não foi um mero apêndice organizativo, mas um pilar do projeto integralista, funcionando como verdadeiro laboratório de circulação e ressignificação de ideias autoritárias no Brasil dos anos 1930.

Embora a importância política de *Panorama* e *Anauê!* esteja bem documentada, os dados sobre sua tiragem permanecem escassos. Um balanço publicado na edição 118 de *A Razão*, de 9 de outubro de 1936, estimava que a imprensa integralista (incluindo as duas revistas, cinco jornais diários e 123 semanários regionais) alcançava cerca de 245 mil exemplares semanais (*A Razão*, 1936). Ainda que o número não discrimine a participação individual de cada publicação, o dado sugere que *Panorama* e *Anauê!* tiveram alcance nacional,

¹⁰ Em três anos de circulação, foram publicados apenas 22 edições, o que também é forte sinal de dificuldades administrativas e financeiras, o que contribuiu para a indisposição do movimento em relação à atuação de *Anauê!* (Fiorucci, 2016, p. 16).

mas circulação restrita, compatível com suas funções distintas no interior da AIB: a primeira voltada à formação doutrinária e à elite dirigente; a segunda, à difusão popular e militante.¹¹ A ausência de registros sistemáticos por número ou ano impõe limites à reconstituição precisa da difusão dessas revistas.

Nas próximas páginas, a atenção se voltará especificamente para os textos de Miguel Reale em cada um desses periódicos. Como veremos, em *Panorama*, sua atuação intelectual privilegiava a elaboração conceitual e a reflexão doutrinária, buscando fundamentar teoricamente o projeto integralista; em *Anauê*, por outro lado, a escrita assumia caráter militante e espiritualista, voltado à mobilização moral e ao combate ao comunismo. A comparação desses registros permitirá observar de forma concreta como teoria e propaganda se articularam na imprensa integralista e como Reale modulava sua linguagem conforme o público e a finalidade, confirmando sua função como tradutor de ideias fascistas para o Brasil dos anos 1930.

***Panorama*: a elaboração conceitual e doutrinária de Reale**

Sob a direção de Miguel Reale, a *Panorama* começou a circular em 1936 com a proposta de se distinguir no interior da AIB pelo caráter mais reflexivo e formativo. Diferente de outros periódicos voltados à mobilização militante, sua proposta era afirmar o integralismo como projeto cultural e doutrinário, com ênfase na formação de quadros e na disputa conceitual em torno das ideias políticas. Reale, como diretor e colaborador central, modulou sua intervenção de maneira estratégica: nas duas primeiras edições do periódico iniciou sua participação na seção *Homens e Idéias*, dedicada a resenhas de obras recentes, comentando *A aventura política do Brasil*, de Azevedo Amaral, e *História Militar do Brasil*, de Gustavo Barroso, respectivamente (Reale, 1936b; 1936c). Com essas escolhas, reforçava a dimensão de alta cultura da publicação e ao mesmo tempo estabelecia vínculos tanto com intelectuais externos próximos ao autoritarismo quanto com dirigentes integralistas já consagrados. Em seguida, avançou para artigos doutrinários próprios, nos quais elaborava noções-chave da doutrina integralista. É nesse segundo momento, inaugurado por *Amor à Liberdade*, que sua atuação na revista ganha pleno sentido como esforço de sistematização teórica e de legitimação ideológica.

Publicado na terceira edição de *Panorama*, em março de 1936, *Amor à Liberdade* marca o momento em que Reale consolida a revista como espaço de sistematização teórica e legitimação ideológica do integralismo. O texto começa como uma resposta a Tristão de Athayde, que o acusara de nutrir um “desprezo romântico” pela liberdade. Reale aproveita a crítica para reapropriar o próprio conceito, buscando reinterpretar um valor central do liberalismo à luz do projeto integralista. “Não aceitando o ‘primado’ da liberdade sobre a autoridade, como quer Tristão de Athayde, faço-o porque não entendo como se possa estabelecer ‘primado’ entre esses dois princípios intimamente ligados, e tão intimamente, que sem um o outro não teria sentido” (Reale, 1936d, p. 2). A passagem evidencia o movimento de redefinição conceitual: o vocabulário liberal é mantido, mas o conteúdo é deslocado. A liberdade deixa de ser compreendida como direito natural ou expressão individual e passa a ser apresentada como conquista institucional e moral, “projeção e complemento da pessoa”, realizável apenas na ordem hierárquica do Estado cristão.

¹¹ No caso específico da *Anauê*, Fiorucci (2012, p. 6) destacou que a revista deveria ser adquirida obrigatoriamente por todos os núcleos integralistas do país, o que já garantia um público mínimo fixo. Tal fato evidencia que o periódico possuía uma base de leitores consolidada, ainda que dentro de uma escala moderada de produção. Além disso, o autor considera “bem provável” que a revista tenha alcançado circulação internacional, uma vez que, durante todo o seu primeiro ano, o expediente diferenciava os valores de compra e assinatura no exterior e no Brasil. Não há dados sobre obrigatoriedade de aquisição ou consolidação de público no caso da *Panorama*.

Ao redefinir a liberdade como “conquista social” e “manifestação de posse”, Reale a submete ao mesmo tempo à vontade divina e à disciplina política: “Somente esse pensamento nos garante uma verdadeira e concreta liberdade, liberdade integral (que consiste em poder de querer com conhecimento e consciência, e em poder de fazer com altivez e dignidade.” (Reale, 1936d p. 4). O que parece uma defesa da liberdade é, na prática, uma tradução autoritária do liberalismo, em que o indivíduo é reabsorvido por uma totalidade orgânica – “a família, o município e as corporações” – sob tutela do Estado.

Nessa operação, Reale realiza um deslocamento conceitual decisivo: transfere um valor moderno e individualista para uma matriz espiritualista e comunitária, subordinando-o à ideia de autoridade e à harmonia das “formas naturais de sociabilidade”. A estratégia cumpre função doutrinária e conciliatória, pois rearticula um valor universal do liberalismo dentro de uma racionalidade autoritária, capaz de interpelar tanto conservadores quanto setores populares. Trata-se, portanto, de uma liberdade domesticada, mediada pela religião, pela moral e pela ordem, que revela a tentativa integralista de converter categorias do pensamento moderno em instrumentos de legitimação de um Estado corporativo e cristão.¹²

Alguns meses mais tarde, na sexta edição do periódico, Reale amplia o horizonte de sua intervenção intelectual ao situar o integralismo no contexto mais amplo das doutrinas autoritárias europeias. Em *Nós e os fascistas da Europa* abandona o tom polêmico das respostas diretas e adota uma forma ensaística, voltada à distinção conceitual entre o movimento brasileiro e os fascismos estrangeiros. Logo de início, adverte que “não pode haver engano maior” do que tomar por idênticos fenômenos que apenas se tocam em alguns pontos (Reale, 1936e, p. 11), sinalizando a intenção de afirmar a autonomia doutrinária do integralismo. Este texto revela-se particularmente útil e fecundo para o recorte analítico aqui proposto – isto é, ler Miguel Reale como intelectual-tradutor do fascismo italiano –, pois nele o autor não se limita a reproduzir passivamente modelos estrangeiros, mas realiza uma operação deliberada de tradução intelectual, compreendida como recontextualização e reelaboração, pela qual seleciona, filtra e reinterpreta elementos do fascismo europeu para adequá-los às matrizes culturais, religiosas e políticas brasileiras, algo que podemos teoretizar à luz da noção gramsciana de tradução.

Reale procura situar o fascismo europeu sem reduzi-lo a um único rótulo: distingue correntes e autores (Maurras, Barrès, Léon Daudet, entre outros) e evidencia a diversidade de nacionalismos, que vão das formas mais “orgânicas” e católicas às versões revolucionárias e de massa. Essa diferenciação se apoia em uma reflexão sobre a pátria, definida como “uma realidade e um valor” que articula tradição, moral e destino histórico (Reale, 1936e, p. 12). Ao rejeitar o universalismo abstrato e o cosmopolitismo liberal, sustenta que a verdadeira política deve brotar das “forças vivas” da nação, concebida como unidade espiritual e orgânica.

A partir dessa base, desenvolve uma leitura seletiva e crítica do fascismo: reconhece nele uma reação às “decadências do liberalismo” e à “anarquia parlamentar”, valorizando aspectos como disciplina, hierarquia e corporativismo, mas adverte contra a importação acrítica de modelos estrangeiros – evocando a própria advertência de Mussolini de que “o Fascismo não é artigo de exportação” (Reale, 1936e, p. 14). Em seguida, redefine o sentido

¹² Nesse texto, o próprio Reale declara ter aderido ao integralismo e desenvolvido suas ideias a partir da convicção de que não havia “possibilidade de liberdades concretas no regimen dos partidos ‘liberaes’ olygarchicos ou no systema autocratico em que degrada todo socialismo” (Reale, 1936d, p. 2). Interessante notar que essa formulação aproxima-se da crítica de Alfredo Rocco – jurista e teórico do corporativismo italiano, ministro da Justiça do Estado fascista e principal responsável pela *Carta del Lavoro* –, por quem Reale não escondia admiração. Para Rocco, o socialismo, embora coletivista, derivava do individualismo liberal ao reduzir a organização social à busca do bem-estar econômico, fazendo com que ambas as doutrinas, apesar de opostas, contribuíssem para a desagregação social (Rocco, 1914, p. 24).

da revolução ao afirmar que “a revolução é o direito sagrado da Nação, da totalidade das forças nacionais”, deslocando a linguagem da luta de classes para o campo da sacralidade nacional e das “forças vivas” da pátria (Reale, 1936e, p. 15). Por fim, destaca o caráter espiritualista do integralismo: “O Integralismo, ao contrário, é espiritualista, francamente espiritualista. É uma revolução para o Brasil, sem servir a nenhuma crença em particular, mas servindo a todas as crenças, porque serve aos valores eternos do espírito cristão” (Reale, 1936e, p. 16).

Dessa maneira, o artigo reafirma o papel de Reale como principal sistematizador filosófico do movimento: empenha-se em conferir densidade teórica e legitimidade ideológica ao integralismo no cenário internacional dos anos 1930, articulando uma “via brasileira” que pretende combinar disciplina e ordem com um corporativismo enraizado em valores morais e espirituais – uma via que, conforme o autor, se distingue tanto do liberalismo individualista quanto do totalitarismo racial e expansionista. Esta combinação de seleção, juízo crítico e reescritura conceitual será tratada neste trabalho como operação de tradução intelectual: não mera cópia, mas reelaboração situacional de categorias fascistas para produzir um projeto político compatível com as condições brasileiras.

A essa operação de resemantização dos elementos fascistas – que Reale já vinha ensaiando ao redefinir a liberdade e ao distinguir o integralismo dos diversos fascismos europeus – soma-se a proposição institucional que torna a tradução efetiva: o corporativismo. Sob o título *Corporativismo e unidade nacional*, Reale transforma em programa institucional aquilo que, nas edições anteriores da *Panorama*, vinha sendo elaborado como reescrita conceitual: a definição da liberdade, a crítica ao individualismo liberal e a afirmação de uma “via brasileira” que combina ordem, espiritualismo e representação mediada. Partindo do diagnóstico (rivalidades provinciais, bancadas regionais e o avanço do municipalismo) ele afirma sem rodeios que “uma solução para o magno problema da nacionalidade só nos poderá ser dada e assegurada pelo Corporativismo.” (Reale, 1936f, p. 17). Esse enunciado funciona como nó justificatório que liga a crítica ao parlamentarismo à proposta corporativa como remédio organizativo para a fragmentação do Estado.

No corpo do ensaio Reale opera três movimentos articulados: descreve a desagregação política como problema estrutural; desloca o princípio organizador do indivíduo e do partido para uma “constante” social – o Trabalho – que, segundo ele, expressa interesses duráveis; e propõe o corporativismo não como invenção normativa, mas como articulação jurídica de órgãos profissionais que “de facto preexistem” na sociedade. Em termos programáticos, sintetiza essa mudança ao afirmar que “Esta constante é o Trabalho.” (Reale, 1936f, p. 19) e ao reivindicar para o corporativismo a capacidade de conferir “unidade de direcção” sem, alegadamente, cercear autonomias locais (Reale, 1936f, p. 19–21). Contudo, o texto carece de detalhamento institucional sobre mecanismos democráticos e de mediação de conflitos intercorporativos, lacuna que torna ambígua a promessa de coordenação sem hierarquização autoritária.

Analicamente, convém ler esse ensaio como uma tradução situacional do corporativismo fascista: Reale conserva elementos centrais (disciplina, representação funcional, crítica ao parlamentarismo) e os doma por meio de um registro moral-religioso e de uma retórica da pátria, produzindo assim um projeto adaptado às singularidades brasileiras. Essa operação legitima reformas corporativas junto a públicos conservadores e setores populares, mas também abre espaço para riscos típicos de captura e neutralização do pluralismo, riscos que a própria retórica de “ordem” e “unidade” ajuda a naturalizar.

Publicado como nota política em fevereiro de 1937 e sob o título *Integralismo e Democracia*, Reale encerra a trajetória de *Panorama* com um balanço sobre o papel político e espiritual do integralismo diante da crise do liberalismo e das democracias de massa. O artigo

marca o fecho simbólico do periódico e reafirma sua função como espaço de formação doutrinária e consolidação teórica da AIB. Nele, Reale procura mostrar que o integralismo não se opõe à democracia, mas a redefine em termos orgânicos e hierárquicos. Afirma-se que “O Integralismo sempre foi democrático” (Reale, 1937, p. 3), buscando reposicionar o movimento como herdeiro legítimo de uma tradição espiritual e nacional de representação orgânica, contra o individualismo liberal e a demagogia das massas.

Na parte final do texto, Reale reforça esse argumento recorrendo a documentos fundacionais do movimento, como a *Cartilha do Integralista Brasileiro*, publicada em 1933 e assinada por Plínio Salgado e por ele próprio. Ali se afirmava que “o Presidente da República será eleito pelo sistema indireto, pela Câmara Corporativa e pelo Senado”, que “os partidos políticos são desnecessários quando as forças econômicas, culturais e morais de um país se organizam para, diretamente, se representarem no Estado”, e que “o Integralismo é a realização da Democracia pela identificação progressiva do Estado com a sociedade, do Estado com a Nação” (Reale, 1937, p. 5). Ao citar esse documento, Reale tenta provar a continuidade doutrinária do movimento, apresentando o corporativismo integralista como forma superior e “verdadeira” de democracia.

Assim, *Panorama* encerra-se como o espaço de maturação doutrinária do integralismo e de afirmação intelectual de Miguel Reale. Nela, o jovem jurista realiza o esforço de transformar a militância em teoria e de elevar a política à condição de ciência moral e jurídica. Mais do que simples órgão de divulgação, a revista cumpre a função de laboratório conceitual: nela se ensaia a gramática integralista da ordem, da hierarquia e da representação orgânica, em diálogo constante com o pensamento católico e com o fascismo italiano. Ao propor uma “via brasileira” que reconcilia espiritualismo e técnica, *Panorama* integra o próprio esforço de construção do projeto de Estado idealizado pelo integralismo, buscando conferir-lhe coerência filosófica e legitimidade doutrinária.

Reale em *Anauê*!: militância, espiritualidade e propaganda de massa

Nos textos que publicou na revista *Anauê*!, Miguel Reale assumiu um registro discursivo marcadamente combativo, voltado à denúncia do comunismo e à mobilização espiritual da militância integralista. Ao contrário do esforço de sistematização conceitual que caracterizou sua atuação em *Panorama*, em *Anauê*! a escrita era militante e panfletária, adequada a uma revista concebida para alcançar amplos públicos e veicular mensagens em linguagem acessível.

No primeiro artigo da série *Aspectos do Comunismo no Brasil*, publicado em janeiro de 1935 na primeira edição do periódico, Reale distingue o “comunismo-idéia” do “comunismo-facto”, ressaltando que a realidade brasileira exigia a análise da prática concreta de infiltração marxista em diferentes setores sociais (Reale, 1935a, p. 8). O objetivo declarado era cartografar essa presença em sindicatos, imprensa, municípios e escolas, retratando-a como inimigo difuso e corrosivo da ordem nacional. Para ele, os sindicatos haviam se convertido em instrumentos de internacionalismo, funcionando como células subordinadas a centros de irradiação moscovita (Reale, 1935a, p. 8). Da mesma forma, acusava a imprensa e a literatura de vanguarda de servirem como canais de difusão de valores antinacionais, dominados por uma “camorra organizada” que corromperia a crítica cultural brasileira (Reale, 1935a, p. 9).

No campo da educação, Reale considerava a infiltração comunista ainda mais pernicioso, justamente por atingir a juventude. Em suas palavras, era nas escolas que o comunismo se mostrava mais nocivo, pois procurava “minar desde cedo a mentalidade

juvenil” (Reale, 1935a, p. 9). Essa denúncia se vinculava diretamente à concepção integralista da juventude como segmento estratégico para a renovação do movimento, revelando a dimensão pedagógica da propaganda.

Na segunda parte do artigo, publicada em maio de 1935 na segunda edição do periódico, Reale desloca o foco para a estratégia de disfarce e metamorfose do comunismo. Segundo ele, os militantes recorriam a múltiplos nomes e organizações de fachada para mascarar seus objetivos, como a “Liga contra a guerra, o fascismo e o imperialismo” ou o “Socorro Vermelho Internacional” (Reale, 1935b, p. 5). Em sua interpretação, tais entidades revelavam a incapacidade criadora do marxismo no Brasil, que não teria produzido nada de original e apenas repetiria fórmulas estrangeiras (Reale, 1935b, p. 5). A fundação da Liga Nacional Libertadora (LNL) foi apresentada como último estágio dessa metamorfose, concebida para lançar confusão na campanha liderada pelo integralismo (Reale, 1935b, p. 6).

Nessa chave, Reale não apenas criticava a ausência de originalidade do comunismo brasileiro, como também exaltava o integralismo como movimento autêntico e criador, enraizado na realidade nacional. Sua narrativa recorria à experiência pessoal, como no episódio em que relata ter visto livros marxistas cortados e refundidos em editoras paulistas para fins comerciais (Reale, 1935b, p. 5), e ao anedotário político, como a história de um dirigente que buscara entrar na AIB com posto de destaque, mas acabou se filiando à LNL e passando a atacá-los “como a raposa da fábula” (Reale, 1935b, p. 6).

No último texto que publicou em *Anauê*, intitulado *A Actualidade do Coração*, em março de 1936 na edição de número oito, Reale abandona momentaneamente o tom combativo de denúncia do comunismo que caracterizara seus artigos anteriores e assume um registro espiritualista, no qual exalta a dimensão afetiva e mística da vida contra o materialismo e o racionalismo. O ponto de partida do artigo é a citação de Tristão de Athayde, segundo a qual “a lei divina se reflecte no homem e na sociedade através da lei da natureza, que é a lei do coração, inata no homem” (Reale, 1936a, p. 4). Reale sugere que esse enunciado poderia inspirar um ensaio sobre a “atualidade do coração”, pois vivia-se, segundo ele, um momento de reação contra a supremacia da razão e de emergência de uma “era de profunda espiritualidade”. O texto apresenta, assim, a convicção de que os novos tempos seriam marcados menos pela racionalidade e mais pela afirmação dos sentimentos humanos.

A crítica ao racionalismo aparece em chave histórica. Reale recorre a Spengler para argumentar que, em momentos de decadência civilizacional, a lógica e a dialética não bastavam para sustentar a vida cultural e social. Assim como na Grécia e na Idade Média, também no presente caberia substituir a razão pura por uma espiritualidade renovada: “voltamos ao Direito natural, refutando o racionalismo jurídico. Voltamos ao coração, ao amor divino” (Reale, 1936a, p. 5). Essa visão se expressa em termos de uma hierarquia moral que coloca “os santos infinitamente acima dos sábios” e o “coração humano” como força que comandaria a nova época (Reale, 1936a, p. 5). Para ele, a época moderna não admitia mais ideias puramente racionais, mas exigia aquelas enraizadas em afetos e valores humanos, em contraste com as campanhas revolucionárias do materialismo.

A ênfase recai, portanto, na construção de um homem integral, em oposição ao homem fragmentado do século XIX, reduzido a cérebro, estômago ou músculos. Para Reale, o integralismo deveria clamar por essa totalidade humana, na qual o coração ocuparia lugar central. O artigo inscreve-se, assim, na retórica mística e espiritualista do movimento integralista, aproximando a política de uma visão quase religiosa, em que a regeneração da sociedade estaria vinculada à superação do materialismo e à afirmação de uma nova espiritualidade. Esse texto revela, portanto, uma faceta distinta, mas complementar à militância anticomunista expressa nos artigos de 1935. Se em *Aspectos do Comunismo no Brasil* Reale construía a imagem do inimigo e a necessidade de combate, em *A Actualidade do Coração*

ele projetava o horizonte positivo da revolução integralista, fundada na espiritualidade, no “amor divino” e na superação do racionalismo moderno. A combinação de ambos os registros ilustra de forma exemplar a plasticidade de sua linguagem em *Anauê!*: entre a denúncia do inimigo e a exaltação mística da “Idade Nova”, Reale traduziu para o contexto brasileiro a articulação fascista entre combate ideológico e mobilização espiritual.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo nos permitem compreender que a atuação de Miguel Reale na imprensa integralista constituiu não apenas um momento de divulgação ideológica, mas uma etapa decisiva de elaboração teórica e de consolidação doutrinária do projeto político da Ação Integralista Brasileira. Tanto em *Panorama* quanto em *Anauê!*, o que se observa é um mesmo esforço de construção de um léxico político próprio, capaz de traduzir e domesticar as referências fascistas europeias a partir de um horizonte católico e nacionalista. Em *Panorama*, esse processo assume a forma de uma escrita disciplinada, voltada à formação doutrinária e à sistematização conceitual: ali, Reale busca conferir à ideologia integralista uma aparência de coerência filosófica e fundamento científico, elevando-a ao estatuto de uma “ciência do Estado” e de uma moral política inspirada na ideia de unidade orgânica. Já em *Anauê!*, o discurso se desloca para o campo da mobilização simbólica, da pedagogia popular e da ritualização política: o mesmo conteúdo doutrinário é ali traduzido em linguagem emocional, imagética e mítica, voltada a enraizar o integralismo no imaginário de massa. O contraste entre ambas as publicações não indica ruptura, mas complementaridade. São registros distintos de um mesmo projeto de poder, em que o trabalho intelectual e a ação pedagógica se entrelaçam para fundar uma nova cultura política autoritária, sustentada por uma ontologia da ordem, da hierarquia e da comunhão espiritual.

Desse modo, a imprensa integralista, longe de funcionar como simples veículo de propaganda, deve ser compreendida como um verdadeiro laboratório político e intelectual. Nela se processa a tradução brasileira do fascismo, não como cópia servil, mas como operação seletiva e adaptativa, mediada pelo catolicismo e pelo juridicismo realeano. O resultado é uma linguagem híbrida, em que o corporativismo italiano é reinterpretado como “organização natural da sociedade” e a ideia de Estado total é reconfigurada como “unidade moral da Nação”. Essa tradução não elimina as tensões internas do discurso integralista, mas lhes dá forma sistemática, permitindo que um movimento de base confessional e moralizante reivindique, ao mesmo tempo, modernidade e racionalidade técnica. A análise das revistas mostra, portanto, que Reale não foi apenas o ideólogo que forneceu roupagem filosófica ao integralismo, mas o agente central de uma tentativa mais ampla de institucionalização do autoritarismo sob a aparência de um pensamento jurídico e científico.

Ainda que a dissolução da AIB em 1937 tenha interrompido o projeto político imediato do integralismo, o trabalho intelectual desenvolvido nesse período deixou marcas profundas na formação de Reale e na sua filosofia posterior do Estado. As categorias elaboradas em *Panorama* e as experiências de mobilização de *Anauê!* compõem um mesmo horizonte de reflexão sobre o papel da autoridade, da moral e da técnica na construção da ordem social. Esse horizonte, ao mesmo tempo autoritário e sistemático, sobreviveu à derrota política do movimento e foi reelaborado em novas linguagens, do jusnaturalismo corporativo à teoria da cultura. Tal permanência sugere que o integralismo, mais do que um episódio político efêmero, deve ser entendido como um momento formativo da cultura autoritária brasileira, no qual se articularam, de modo singular, a erudição jurídica e a pedagogia de massas, a racionalização institucional e o misticismo coletivo.

Vale assinalar uma limitação deliberada deste estudo: ao concentrar-se de modo exaustivo nos textos de Miguel Reale publicados em *Panorama* e *Anauê!* (1935–1937), a investigação não esgota a questão da permanência e reconfiguração posterior das categorias analisadas na trajetória intelectual e jurídica de Reale. A verificação empírica dessa continuidade (isto é, se e em que termos conceitos como corporativismo, democracia orgânica ou certo léxico espiritualista foram reapropriados em sua produção jurídica e intelectual nas décadas subsequentes) constitui pauta urgente para pesquisas futuras. Trabalhos posteriores deverão mobilizar fontes arquivísticas (obras jurídicas, pareceres, correspondências e entrevistas), metodologias de análise discursiva longitudinal e técnicas de rastreamento de citações para aferir continuidade, deslocamento ou abandono conceitual.

Nesse sentido, o estudo da imprensa integralista permite iluminar a própria lógica de circulação e tradução das ideias fascistas no Brasil. Ao invés de buscar “provas” de fascismo em discursos explícitos ou em filiações diretas, a análise propõe compreender como determinadas categorias – como “unidade”, “trabalho”, “autoridade”, “liberdade” e “corporação” – foram reconfiguradas para construir um vocabulário político nacional, investido de autoridade moral e científica. Esse processo evidencia que o fascismo, em seu trânsito transnacional, produziu não apenas imitadores, mas intérpretes, e que figuras como Reale desempenharam papel crucial nesse processo, operando como mediadores que conferiram legitimidade intelectual a um projeto de Estado integral.

A contribuição central deste trabalho, portanto, consiste em compreender a imprensa integralista como um campo de produção teórica e simbólica que articulou, de modo complexo, os registros da doutrina e da emoção, da razão e da fé, do erudito e do popular. Essa articulação revela o modo como o integralismo construiu sua própria racionalidade autoritária e como Reale se afirmou como seu principal formulador. Ao trazer à luz essas dinâmicas, o estudo não apenas reforça a importância da análise dos impressos políticos como fontes privilegiadas para a história do pensamento autoritário, mas também propõe uma leitura transnacional e comparativa que permite repensar as fronteiras entre fascismo, catolicismo político e corporativismo no contexto brasileiro dos anos 1930.

Referências

- ALBANESE, Matteo; DEL HIERRO, Pablo. *Transnational fascism in the twentieth century: Spain, Italy and the global neo-fascist network*. London; New York: Bloomsbury Academic, 2016.
- ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *Integralismo, Nazismo e Fascismo: estudos comparativos*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.
- ALLARDYCE, Gilbert. What Fascism Is Not: Thoughts on the Deflation of a Concept. *The American Historical Review*, v. 84, n. 2, p. 367–388, 1979.
- ANAUE!*. Rio de Janeiro, jan. 1935, ano I, n.1,
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV, 1988a.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b.

A RAZÃO. Curitiba, ano I, n. 118, 9 out. 1936.

ATHAIDES, Rafael. Ideologia integralista no Paraná: o periódico “A Razão”, 1935. *Locus: Revista de História*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 147–170, 2022.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Sob a sombra do Eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936–1938)*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLINSKI, Grzegorz. *Fascism without borders: transnational connections and cooperation between movements and regimes in Europe from 1918 to 1945*. New York: Berghahn Books, 2017.

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, nº 66, p. 269-286, 2013.

BERTONHA, João. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.

BIANCHI, Alvaro. Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares. *GPMPP Working Papers*. Campinas. n.1. 2014.

BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Fascisms: a view from the South. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (Orgs.). *The Rise of the Radical Right in the Global South*. New York: Routledge, 2023. p. 15–35.

BIANCHI, Alvaro. Fascismos: Ideologia e História. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 43, n. 01, p. 45-63, jan.–abr. 2024.

BOOTHMAN, Derek. Verbetes “tradução” e “tradutibilidade”. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *DICIONÁRIO GRAMSCIANO: 1926 - 1937*. [S. l.]: Boitempo, 2022. p. 1537–1545.

CALDEIRA NETO, Odilon. Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126, p. 178-186, 7 ago. 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva; SILVA, Cíntia Rufino Franco da. A *Panorama*: o “Pensamento Novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. v. 2. p. 51-86.

- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CAZETTA, Felipe. Trajetória intelectual do integralista Miguel Reale: do socialista liberal até a crítica ao liberalismo e socialismo. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 132-150, 2013.
- CAZETTA, Felipe. Da “grécia antiga” ao estado integral: propostas políticas e o respaldo “histórico” construído por Miguel Reale. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 102-118, 2014.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295- 316.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Ad Hominem, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Escritos de Marilena Chauí. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014. v. 2, p. 11–116.
- COSTA FILHO, Cícero João da. *Integralismo e teoria política: Miguel Reale e sua análise sobre o estado, poder, direito e sociedade (1931-1960)*. São Paulo: Todas as musas, 2022.
- CUNHA, Diogo. Os Fundamentos Jurídicos e Filosóficos do Autoritarismo Realeano: Experiência, Cultura e Decisionismo. *Dados*, v. 65, n. 2, p. e20200296, 2022.
- CUNHA, Ovídeo. *Integralismo e americanidade*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
- CUNHA MELO, Manuel Palácios. O integralismo de Miguel Reale. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 125–152, 1994.
- DE FELICE, Renzo. *Le interpretazioni del fascismo*. 10. ed. Bari: Laterza, 1995.
- ESTATUTOS DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA*. Aprovados no I Congresso Integralista. Vitória: AIB, 1934.
- FIORUCCI, Rodolfo. A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA INTEGRALISTA: O CASO DA REVISTA ANAUÊ! EM SEU PRIMEIRO ANO DE CIRCULAÇÃO (1935). *Boletim do Tempo Presente*, [S. l.], n. 03, 2012.
- FIORUCCI, Rodolfo. O Comunismo nas páginas da revista integralista Anauê! (1935-37): o inimigo (inter)nacional. *Perseu: História, Memória e Política*, [s. l.], n. 11, 2016.
- FLUE GUT, Nicolau de. *Plínio Salgado, o creador do integralismo na literatura brasileira*. Speyer a. Rh., Pilger-Druckerei GmbH, 1940.
- GENTILE, Emilio. *Le origini dell'ideologia fascista (1918-1925)*. Bologna: Il Mulino, 2001.

GÓES, Camila; BIANCHI, Alvaro. Circulación y traducción del pensamiento político: intercambios, producción y hegemonía. *Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas*, v. 26, n. 3, p. 217–226, dez. 2023.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 1991.

GRIFFIN, Roger. *Fascism*. Cambridge: Polity, 2018.

HUNSHE, Carlos Henrique. *Der brasilianische Integralismus: Geschichte und Wesen der faschistischen Bewegung Brasilien*. Stuttgart: Verlag von W. Kohlhammer, 1938.

IORDACHI, Constantin. *Comparative fascist studies: new perspectives*. London ; New York: Routledge, 2010.

JÚNIOR, Edson José Perosa. A propaganda da AIB e suas aproximações com a propaganda nazista. *Revista Cadernos de Clio*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2011.

LEAL, Carine de Souza. *Imprensa Integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Porto Alegre, 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NOLTE, Ernst. *Three faces of fascism; Action Française Italian fascism, National Socialism*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. A unidade nacional nas páginas da revista integralista de “alta cultura” *Panorama*. *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 47, 2021a.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. 2021b. Dissertação - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2021b.

PAIM, Antônio. A obra filosófica de Miguel Reale. In: *MIGUEL REALE: BIBLIOGRAFIA E ESTUDOS CRÍTICOS*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 1999, p. 65-83.

PANORAMA. São Paulo, ano 1, n. 1, jan. 1936.

PAYNE, Stanley G. *Fascism: Comparison and Definition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.

PINHO, Rodrigo Maiolini Rebello. *Miguel Reale: política e história (1931-1969)*. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PINTO, António Costa. De regresso ao fascismo. *Análise Social*, Lisboa, n. 179, p. 611-627, 2006.

POLETTI, Ronaldo. O conceito de democracia social em Miguel Reale. In: *MIGUEL REALE: BIBLIOGRAFIA E ESTUDOS CRÍTICOS*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 1999, p. 133-168.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Integralismo entre a Família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)*. 2008. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008a.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937)*. Intellèctus, [s. l.], v. 7, n. 2, 2008b.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais, carisma e Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

REALE, Miguel. Aspectos do comunismo no Brasil. *Anauê!*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 8-9, jan. 1935a.

REALE, Miguel. Aspectos do comunismo no Brasil II. *Anauê!*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 5-6, maio 1935b.

REALE, Miguel. A Actualidade do Coração. *Anauê!*, Rio de Janeiro, ano I, n. 8, p. 4-5, mar. 1936a.

REALE, Miguel. Homens e idéias (Resenha de A aventura política do Brazil, de Azevedo do Amaral). *Panorama*, São Paulo, ano 1, n. 1, jan. 1936b.

REALE, Miguel. Homens e idéias (Resenha de História militar do Brasil, de Gustavo Barroso). *Panorama*, São Paulo, ano 1, n. 2, fev. 1936c.

REALE, Miguel. Amor à liberdade. *Panorama*, São Paulo, ano 1, n. 3, mar. 1936d.

REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. *Panorama*, São Paulo, ano 1, n. 6, jun. 1936e.

REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. *Panorama*, São Paulo, ano 1, n. 8, ago. 1936f.

REALE, Miguel. Integralismo e Democracia. *Panorama*, São Paulo, ano 2, n. 14, fev. 1937.

ROBERTS, David D. *Fascist Interactions: Proposals for a New Approach to Fascism and Its Era, 1919-1945*. New York: Berghahn Books, 2016.

ROCCO, Alfredo. *Che cosa è il nazionalismo e che cosa vogliono i nazionalisti*. Padova: Gruppo Nazionalista Padovano, 1914.

SALGADO, Plínio. *Palavra nova dos tempos novos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

SALGADO, Plínio. As realizações da A.I.B. In: *Monitor Integralista*. Edição 7 de outubro. Rio de Janeiro, 1937.

SANTANA, Márcio Santos de. O Integralismo, as novas gerações e o problema da consciência histórica. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, [s. l.], v. 18, n. 26, p. 213–232, 2011.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 61–95, jul. 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. IX–X.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2018.

THOMAS, Peter D. Against Ion's Chain: Translatability in Antonio Gramsci's Prison Notebooks. In: ARNALL, Gavin; CHENOWETH, Katie. *Universality and Translation: Sites of Struggle in Philosophy and Politics*. New York: Fordham University Press, 2025, p. 221–247.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. 2ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.